



TENSÕES E DESAFIOS DE ENSINO APÓS A LEI 10.639/03 PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Erotildes Pereira Leite¹

Epaminondas de Matos Magalhães²

RESUMO: O presente artigo propõe uma pauta de discussões acerca das relações étnico-raciais, a partir da qual objetiva proporcionar uma reflexão teórica sobre as tensões e desafios da inserção da lei nº 10.639/03, no currículo escolar, como um marco positivo no combate à desigualdade racial, alicerçado por estratégias de ensino que colaboram para uma educação cidadã, verdadeiramente inclusiva e antirracista. Desenvolver um ensino que vise uma educação antirracista prima pelo respeito à diferença e à diversidade. Ela não pode isentar-se do compromisso com os mais necessitados e fragilizados por um sistema desumano e preconceituoso. Educar, respeitando as diferenças, requer mais do que o cumprimento das obrigações curriculares, exige uma postura ética e valorativa diante da cultura dos negros e afrodescendentes, que continuam sofrendo discriminações nos espaços escolares.

Palavras chaves: Preconceito. Lei 10.639/03. Ensino. Educação antirracista.

TENSIONS AND CHALLENGES OF EDUCATION AFTER LAW 10.639 / 03 FOR ANTIRRACIST EDUCATION

ABSTRACT: This article proposes a series of discussions about racial ethnic relations, where it is proposed to provide a theoretical reflection on the tensions and challenges of the insertion of the law nº 10.639 / 03, in the school curriculum as a positive milestone in the fight against racial inequality based on strategies that contribute to a truly inclusive and anti-racist citizen education. Develop an education that aims at an anti-racist education based on respect for difference and diversity. It can not exempt itself from the commitment to the most needy and fragile by an inhuman and prejudiced system. Educating, respecting differences, requires more than fulfilling curricular obligations, it requires an ethical and evaluative attitude towards the culture of blacks and Afrodescendants, who continue to suffer discrimination in school spaces.

Keywords: Prejudice. Law 10.639 / 03. Teaching. Antiracist education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ensino (PPGE) da Universidade de Cuiabá (UNIC) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Pós-graduação em Educação étnico raciais (UFMT). Graduação em Pedagogia e Matemática. Professora do Ensino Fundamental do estado e município.. E-mail: erotildespleite35@gmail.com

² Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Professor do Instituto Federal de Mato Grosso.



INTRODUÇÃO

Ao longo de nossa história, na qual a colonização se fez presente, a escravidão e o autoritarismo contribuíram para o sentimento de inferioridade do negro brasileiro. A ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial foram os mecanismos de dominação ideológica mais poderosos já produzidos no mundo, que permanecem ainda no imaginário social, o que dificulta a ascensão social do negro, pois ele é visto como indolente e incapaz intelectualmente.

A despeito dos esforços de notáveis cientistas sociais, muitos argumentam que ainda não se fez justiça ao negro. Muito há de se perscrutar o campo da africanidade. Estudos e levantamentos acerca da chegada dos africanos no Brasil para o trabalho escravo têm provado que toda a superestrutura da época, dança música, literatura e teatro, era da cultura negra, produzida pelo africano aqui escravizado. E pensar na escola contemporânea em sua pluralidade cultural nos remete a refletir sobre a inegável contribuição deles para a cultura brasileira.

1. Tensões e conflitos para a educação das relações étnico-raciais

A história do Brasil é marcada por apresentar mudanças lentas nas estruturas curriculares; as abordagens de ensino nos apontam que o silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido a transmissão aos alunos de uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação, quando esta abarca apenas a história da escravidão.

Para o brasilianista Skidmore (1976, p. 39), o sistema político e a elite brasileira, desde a abolição, vêm tentando esconder as questões e discussões raciais, com discursos sobre uma “falsa” democracia racial, em nome de uma ideologia do branqueamento, que acaba por gerar também um falso movimento abolicionista, na época em que se almejava a libertação dos escravos, para que pudessem voltar para a África e, assim, evitar a mistura das raças, sob o argumento da superioridade racial.

O Brasil contemporâneo ainda vive o reflexo desses acontecimentos, dentro de um processo em que a memória coletiva é dimensionada a favor de uma possível fragmentação identitária do afro-brasileiro que carrega essa doutrinação ideológica trazida pelas lutas de



outrora, revelando o silêncio que denota a negação da própria pertença racial que o autor Michael Pollak vai chamar de memória oficial, dominada ideologicamente, e memórias subterrâneas, aquelas que não se opõem ao dominador e silenciam.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração para outra oralmente, e não através de publicações permanecem vivas. O longo silêncio do passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil imponente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e das amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p.5)

De acordo com Pollak (1989), parece-nos possível que esse silêncio denote uma realidade social do afro-brasileiro, a de viver na contradição da “suposta” democracia racial, em um campo de invisibilidade de negação que o leva a posicionar-se na condição de minoria sem nenhum questionamento. Esse movimento coletivo o leva a carregar o peso do silêncio, validado em um comportamento cultural, tornando-se elemento fundamental, em que a simples condição de minoria nega a ele o direito à educação, à dignidade, à moradia, ao trabalho, à cultura etc.

A partir de estudo sobre a educação das relações étnico-raciais no Brasil, é apresentável que desde o começo do século XX, a postura dos nossos governantes sempre foi de rejeitar o tema das desigualdades raciais, já que esses levantamentos são considerados específicos, típicos de minorias, irrelevantes se comparados com temas mais gerais. Nessa argumentação, deixar em um plano secundário o estudo das desigualdades étnicas no Brasil acaba servindo como um elemento que esconde a efetiva dinâmica social dos olhos dos estudiosos e formuladores de políticas públicas.

Embora pareça que reconhecemos a diversidade do nosso país, fazemos parte de uma sociedade que, de verdade, não conhece o Brasil, de fato, pois sempre que tenta definir os povos que fazem parte do território brasileiro, utiliza-se de estereótipos que descaracterizam a cultura deles.

A escola é o lugar primordial para discutir temas, como a discriminação e o preconceito, em referência às relações raciais, porém é nesse espaço, também, que ocorrem situações cotidianas relacionadas a esse sentido. Como aponta Oliveira:



A escola é lugar privilegiado, que tem por função oferecer a todo e qualquer brasileiro oportunidade de incorporar os conteúdos mínimos que lhes garantam usufruir de seus direitos de cidadão. É no espaço escolar que a criança tem oportunidade de vivenciar situações de respeito e convivência solidária com os diferentes. (OLIVEIRA, 1999, p.58)

Nesse ambiente, as mensagens racistas vão desde os materiais didáticos, paradidáticos e rituais pedagógicos, perpassando a prática do professor. Numa visão crítica, podemos afirmar que as práticas curriculares reproduzem o saber de um grupo dominante que manipula o conhecimento e os saberes, com base na afirmação de uma hegemonia nacional que coloca em desvantagem as minorias desprivilegiadas dos bens culturais.

A educação torna-se fundamental na construção de uma nova postura diante das questões de discriminação e preconceito, necessitando instrumentalizar seu corpo docente para fornecer informações mais precisas sobre esse tema, capazes de abordar conteúdos que permitam a reflexão sobre a diversidade cultural, como possibilidade de ampliar os conhecimentos e conscientizar a todos da responsabilidade social de cidadão, como autor da história de nosso país e agente de transformação. O fato de não conhecer o país, não entender a sua história e todos os problemas vividos aqui, ao longo da colonização, nos aponta que sempre tivemos muito receio de lidar com tal tema, publicamente, e é por isso que muitos professores se mostram, hoje, com dificuldades de lidar com temáticas, como o racismo, em sala de aula. Contudo, práticas racistas existem diariamente nas escolas. Conscientes ou não, alunos, professores, funcionários se veem em situações preconceituosas.

É o espaço escolar privilegiado, onde acontece boa parte do processo de socialização e onde crianças e adolescentes, de diferentes núcleos familiares, estabelecem relações no convívio com a diversidade. A escola torna-se o primeiro contato de vivência das tensões raciais, que podem acontecer de forma natural ou conflituosa, segregando, excluindo, fazendo com que a criança negra tenha, em alguns momentos, uma postura introvertida. Isso pode acontecer por medo de ser discriminada, ou ridicularizada, iniciando, assim, um processo de desvalorização de seus atributos individuais, que vão de alguma forma interferir na construção de sua identidade.

A convivência escolar permite que os alunos assimilem conhecimentos, pois é “[...] no contexto de sala de aula, no convívio diário com o professor e com os colegas que o aluno vai



paulatinamente exercitando hábitos, desenvolvendo atitudes, assimilando valores” (HAIDT, 2003, p. 15).

Por meio do processo de interação, o aluno constrói conhecimentos, crenças, exercita formas de expressar, sentir e ver o mundo, forma ideias, conceitos e preconceitos e a escola tem contribuído para a disseminação do preconceito, pela forma como conduz os processos pedagógicos, isto é, o seu ensino pedagógico. As pesquisadoras Rosemberg (1987), Costa (2004) e Alexandre (2010) apontam que o racismo se manifesta na escola pela forma como a instituição privilegia os brancos e por reconhecer esse biótipo como representante da beleza estética e intelectual da raça humana. Por isso, a escola acaba por disseminar a ideia de que os brancos detêm a hegemonia. (SOUSA, 2005).

Os alunos percebem, nos materiais didáticos, as situações de discriminação contra seus amigos negros e acabam por reproduzir essas ações. O livro didático passa, então, a ser um instrumento base de produção de conhecimentos e, simultaneamente, um condutor ideológico. Assim, da mesma forma que colabora para a “produção” de conhecimentos, mantém e legitima um imaginário social de sociedade homogênea (COSTA, 2004, p. 75). No entanto, essas situações são vistas como “brincadeiras”.

Praticamente todos os autores que se dedicaram ao estudo do negro chamam a atenção para as imagens e as representações negativas vigentes na nossa sociedade a respeito desse segmento racial. O negro é desvalorizado, tanto do ponto de vista físico, intelectual, cultural, como moral. Como nos reafirma Pinto:

A cor, e os traços fenotipicamente negros são considerados antiestéticos; a cultura e os costumes africanos são reputados como primitivos; há uma depreciação da sua inteligência e uma descrença na sua capacidade; coloca-se em dúvida sua probidade moral e ética. (PINTO, 1987, p. 19).

Portanto, os conteúdos veiculados pelos livros didáticos e paradidáticos devem passar por um olhar crítico dos professores, para não continuar propagando um discurso que ignora as diferenças e que veiculam imagens que consolidam estereótipos e favorecem, assim, tratamentos desiguais.

A escola é concebida como um ambiente de formação de conceitos e valores; acredita-se que esse espaço deveria ser um local democrático, capaz de aceitar, respeitar e promover



reflexões em relação às peculiaridades entre as pessoas que ali se interagem, independentemente das características físicas, nacionalidade, crença ou posição social.

Mas não é o que acontece no ambiente escolar, onde é possível perceber situações que ocorrem despercebidas entre as ações escolares, tanto no que se refere às propostas político-pedagógicas como também curriculares.

De acordo com Monteiro:

Com tudo, as ações racistas acontecem naturalmente no convívio escolar sem ser percebido e julgado como discriminação, diante da vista grossa que se faz, torna-se desnecessárias políticas que vise discutir e intervir com ações positivas em combate ao racismo. É muito comum nos depararmos com situações cotidianas em que o preconceito contra a criança, principalmente as negras, apresenta-se de forma explícita, seja promovida pelo professor ou por outro profissional da escola. (MONTEIRO, 2011, p.7)

Estudos mostram que a escola tem sido hostil em relação às diferenças raciais. Quando se trata dos traços fenotípicos, os alunos são alvos de xingamentos e humilhações, principalmente em relação às meninas negras.

Os apelidos afetam a autoestima dos adolescentes e pré-adolescentes e faz com sintam vergonha de si mesmos, passando, então, a rejeitar o próprio corpo. Esses adolescentes trazem consigo um sentimento de inferioridade relativo às suas características fenotípicas e um sentimento de negação a sua ascendência africana (SANTOS, 2005).

Percebe-se que o uso de termos pejorativos, tais como “chocolate”, “moreninha”, “marronzinho”, é uma maneira de mascarar e/ou amenizar o preconceito. Às vezes, o uso desses e de outros termos começa no ambiente escolar, porém o professor não sabe como reagir. Cabe à escola e à formação de professores criarem estratégias multiculturais (CANEN & CANEN, 2005) a fim de preparar o profissional de educação para lidar com a diversidade cultural e extinguir os diversos tipos de preconceitos presentes no ambiente escolar, por intermédio, por exemplo, da construção coletiva de um projeto político pedagógico em que a questão da identidade negra seja visível (OLIVEIRA, 1999).

É por esses motivos que os alunos e alunas passam a negar seus referenciais de diferença: sua negritude, sua cultura, sua identidade e também os referenciais de classe. Os apelidos pejorativos, dirigidos a uma pessoa negra, por sua cor ou por causa de seus cabelos, acabam prejudicando as relações interpessoais e o aprendizado.



Nesse aspecto, Monteiro nos aponta:

Com relação a identidade negra , pela ausência de identificadores positivos, a criança negra pode negar sua identidade acabando por se submeter passivamente à violência racista e, por causa, da ausência da identidade – que não foi adequadamente percebida pelos educadores- a criança negra pode vir a desejar outro corpo que não o seu negando se. Situações, assim, tornam a criança vulnerável e faz com que ela tenha sobre si mesmos sentimentos negativos, passe a ter ressentimentos e a sofrer de baixa autoestima.(MONTEIRO, 2011, p. 6-7)

O olhar discriminatório transcende gerações e gerações, condenando vidas, destruindo futuros, pelo simples motivo de colocar o igual em condições de diferente e rejeitá-lo. Quando mencionamos “pelo simples motivo de colocar o igual em condições de diferentes e rejeitá-lo” estamos considerando a realidade populacional brasileira que tem uma contingência considerável de afrodescendentes e considerando os cidadãos pretos e pardos que ultrapassam a 50% da população brasileira.

Como nos cita Jaccoud:

Esses fatos refletem em todos os espaços sociais assim como na escola. Pesquisas apontam a disparidade no tempo de estudo entre alunos negros em relação aos alunos brancos, nos quais os alunos negros possuem uma larga diferença de tempo inferior ao tempo de permanência do branco. E essas diferenças vai além do tempo de escolaridade, reflete também no nível de escolaridade, chegando a evasão escolar. (JACCOUD, 2002 p.25)

Reforçando, Aiza afirma:

É possível constatar, pelas entrevistas, que os jovens negros se culpam pelo próprio fracasso escolar. Nos relatos dos depoentes, “a ordem”, “a disciplina” e a “segurança” aparecem como elementos que foram utilizados pela escola, para coibir comportamentos considerados inadequados. Essa norma contribuiu decisivamente para sua exclusão escolar. (AIZA, 2007, p. 30)

Nesse sentido, a construção da identidade, assim como sua manutenção, se constituirá dentro do processo social, quando o olhar do outro poderá ou não proporcionar o reconhecimento ou sentimento de pertença positiva ao grupo social.



Com os jovens e adultos negros isso também não é diferente, pois são desacreditados em sua inteligência. Para muitas pessoas, eles não aprendem porque não se esforçam. A aprendizagem se restringe ao esforço individual; quando não aprendem é porque são preguiçosos, ou seja, a culpa é sempre da pessoa negra. Se algum material ou objeto é subtraído de qualquer ambiente, geralmente, os negros são os primeiros a serem olhados com desconfiança, quando não acusados precocemente. No pensamento social, negro é sempre bandido, o que só reforça o teor do racismo que existe nas escolas.

Portanto, abordar o tema sobre discriminação e preconceito racial no ambiente escolar não é só realizar um discurso de vitimização, mas enfrentar os desafios, dando visibilidade à problemática envolvida e promovendo uma ampla discussão, além de motivar a reflexão individual e coletiva na transformação de mentalidades e práticas de qualquer tratamento preconceituoso. Isso pode ser evidenciado, por meio de ações conjuntas, no contexto educacional, para a reversão da discriminação e das desigualdades em nossa sociedade.

Ainda hoje, na chamada contemporaneidade, quando se fala em políticas públicas de ação afirmativa dadas pelas relações étnico-raciais do negro, ainda ouvimos nos bastidores sociais uma resistência dada por um preconceito que decorre da mais profunda e perversa intolerância, pois desconsiderar a contribuição africana entre nós seria como negar a nossa própria história.

Nessa perspectiva, Santos (1995) discorre sobre as construções coletivas, providas pelos quadros sociais da memória, que pode ser utilizada discursivamente para validar a não existência de um racismo camuflado em que se explica esse processo de dominação pela memória coletiva ligada a condições sociais.

Sendo assim, trabalhar a africanidade no contexto escolar significa não só combater o racismo intolerante, mas devolver ao afro-brasileiro seu contexto histórico e sua identidade de descendente, em uma perspectiva de respeito à diversidade em que valores africanos dimensionem a dinâmica da nossa brasilidade.

Contudo, já é possível ver algumas mudanças e transformações. Algum ganho já se vê diante de várias lutas, como a efetivação da Lei nº 10.639/03. O governo, no primeiro mandato (2003 - 2006) do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao promulgar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), incluiu, no âmbito de todo o currículo oficial da rede de ensino, a determinação de que as



disciplinas e seus conteúdos devem abordar o estudo da História da África e dos africanos, a cultura negra brasileira, a importância dos negros na formação da sociedade brasileira, a luta do povo negro no Brasil, e o papel fundamental que os negros desempenharam e desempenham nas áreas econômica, social e política do país.

Esse acontecimento é atribuído por grandes estudiosos da questão, ao Movimento Negro que sempre viu na educação uma ferramenta de grande relevância, na validação das lutas e reivindicações da população negra, no combate às desigualdades sociais e raciais. Tal medida tornou-se fundamental na construção de uma nova postura diante das questões de discriminação e preconceito, necessitando instrumentalizar o corpo docente, para fornecer informações mais precisas de toda essa trajetória, e para ser capaz de abordar conteúdos que permitam a reflexão sobre a diversidade cultural como possibilidade de ampliar os conhecimentos e conscientizar a todos da responsabilidade social de cidadão, como autor da história de nosso país e agente de transformação.

Com base na lei, os conteúdos ministrados concernentes à História e Cultura Afro-brasileira, devem contemplar todo o currículo escolar, especificamente as disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. Essa lei é um importante marco no reconhecimento da questão do combate ao racismo, na agenda brasileira, para a redução das desigualdades, promovendo no sistema escolar a valorização das matrizes culturais que fazem a diversidade existente em nosso país. Reconhecimento, nesse sentido, envolve justiça e equidade nos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, assim como a valorização da diversidade daquilo que diferencia os negros de outros grupos que formam nossa sociedade

Temos consciência de que isso não é tudo, mas evidencia um grande passo.

Nesse contexto, é de suma importância para o afro-brasileiro uma reflexão que busque fortalecer sua identidade de pertença a um plano de memória coletiva, a partir do próprio negro e a revolução imagética o ensine a lidar com esse sistema excludente imposto em múltiplas dimensões, a estar no sistema como sujeito ativo e posicionar-se com pertencimento e reconhecimento de sua matriz africana, em uma dimensão pedagógica de reconstrução identitária pela autonomia de identidades coletivas.

Mesmo após quinze anos de efetivação da lei, ainda se percebe que o desafio ainda continua sendo o de colocar essa lei em prática, de maneira eficaz e adequada, na vida e no cotidiano das escolas brasileiras.



Muito ainda há de se perscrutar sobre as questões raciais, no campo educacional, tendo em vista a morosidade desse processamento em um espaço monocultural que acaba por criar uma cultura de resistência à diversidade, pela forma como a escola é organizada e movimentada na interação curricular com a prática.

De acordo com os estudos de Costa (2013, p. 138) sobre a aplicabilidade da lei 10639/03 no Ensino Médio, constatou-se que as experiências inerentes e setorializadas na escola apresentam disparidades, não por falta de conhecimento e, sim, pela ausência da prática, no cotidiano formativo da escola, que deveria trabalhar esse reconhecimento e valorização da diversidade, visando a quebra do monoculturalismo educacional. Para a autora existe um confronto do conhecimento com a prática, fragmentando o processo da educação para a diversidade.

O resultado das análises desses documentos evidenciou uma identidade institucional de costas para quaisquer horizontes que se pretenda alcançar na formação humana, considerando-os nos aspectos cognitivos e subjetivos capazes de reconhecer e valorizar a presença e a participação dos povos africanos e seus respectivos descendentes na composição da nação brasileira. Tanto o Projeto- Político- Pedagógico quanto os planos de ensino estão esvaziados dessa questão, não indicando a possibilidade de que a inclusão de conhecimentos sobre a Cultura Afro-brasileira e Africana esteja acontecendo no ensino médio daquela escola, mediante o ensino de Literatura na disciplina de Língua Portuguesa. (COSTA, 2013, p. 138).

O confronto do conhecimento com a prática ao qual a autora se refere revela em que medida as perspectivas identitárias do aluno afrodescendente encontra-se fragmentada, dentro da fragilidade pedagógica apresentada pela escola pesquisada, sedimentada pela ausência de lideranças que traduzam o racismo, como ele é, em seu nível real de perversão e nos conflitos no âmbito escolar.

Percebe-se, assim, que o trabalho envolvendo as questões raciais tem de ser uma tarefa constante, para só assim conseguirmos minar os argumentos contrários à efetivação da lei. Observamos que não é fácil reverter um imaginário consolidado há tantos anos, mas essa dificuldade deve ser um estímulo para que se continue o debate sobre essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A partir das reflexões acima, acreditamos, também, que o debate sobre as questões raciais deve ser ponto de pauta das reuniões pedagógicas e formação continuada, assim como em reuniões com pais dos educandos. Enfim, é um problema do professor, do coordenador, do orientador educacional, do diretor e de todos os que fazem parte da escola. A ausência do debate sinaliza um problema inexistente, contudo o racismo existe e é uma realidade que precisa ser mudada.

Uma das estratégias para desconstruir e combater ideias preconceituosas no ambiente escolar é não fechar os olhos, a boca e os ouvidos para as situações e circunstâncias em que elas ocorrem, e, sim, posicionar-se com conhecimento e compromisso com a mudança de mentalidade.

A discussão sobre a diversidade étnico-racial no contexto educacional, apontada neste artigo, promove uma reflexão para além do conhecimento de causa, ou seja, potencializa a possibilidade de ação coletiva, transformando a lei, na teoria, em atitudes concretas de afirmação. Devolver ao afro-brasileiro sua africanidade ontológica, em contextos formativos de ensinamento, significa redimensionar a imagem negativa caracterizada pelo racismo para uma imagem positiva em processos didáticos e metodológicos que partem de construções coletivas.

Nesse sentido, educar para as relações raciais na escola, na perspectiva da inserção da lei nº 10.639/03, como proposta dentro das Políticas Públicas, valida no currículo escolar o combate à desigualdade racial, e abre espaços para estratégias que edifiquem a lei, em sua ação pedagógica, no processo de ensino, com intervenções, de modo a estimular uma educação que positive a imagem racial de crianças, jovens e adultos negros(as), a partir da prática de descolonização na abertura para a diversidade em representações coletivas.

Refletir sobre as relações raciais no campo educacional remete-nos a contextualizar um canteiro de certezas, necessidades, possibilidades e esperanças que traduzem a grande importância desse processo de descolonização, por meio do ensino, que permeia a educação e que nos encoraja a vislumbrar relações mais humanas de respeito, em condições de igualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AIZA, Maria Aparecida de Souza. **Moradores da rua “C”: Jovens negros excluídos da escola-** (coleção educação e relações raciais 11) EdUFMT, 2007.

ALEXANDRE, Ivone J. **Relações raciais: o explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 de jan. 2003.

CANEN, A.; CANEN, A.G. **Rompendo Fronteiras Curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos do saber.** Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, p.40-49, Jul/Dez 14 2005, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005b. Disponível em: semfronteiras.org. Acesso em: 30 de junho de 2018.

COSTA, Cândida Soares da. **Educação para as relações étnico-raciais: Planejamento escolar e literatura no Ensino Médio.** Mato Grosso: Ed.ufmt, 2013.

COSTA, J. F. **Da cor ao corpo a violência do racismo.** In: Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 2004

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral: O uso de jogos (cap.9).** 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

MONTEIRO, Ednar. **Cotidiano escolar e estratégias pedagógicas de combate à discriminação racial.** Cuiabá, EdUFMT, 2011.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília: IPEA, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda de et al. (coord.). **Relações raciais e educação: alguns determinantes.** Niterói: Intertexto, 1999.



Revista FACISA ON-LINE. Barra do Garças – MT, vol.7, n.1, p. 17- 29, jan. - jul. 2018.
(ISSN 2238-8524)

PINTO, Regina Pahim. **A Educação do Negro: Uma Revisão da Bibliografia.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Número Especial: 63, nov. 1987.

POLLAK, M. **Memoria, Esquecimento, Silêncio.** Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos: Rio de Janeiro vol. 2, 1989.

ROSEMBERG, F. **"Raça e educação inicial"**.In: Cadernos de Pesquisa,Fundação Carlos Chagas, n. 77 maio de 1987.

SANTOS, Marcos Ferreira. **Ancestralidade e convivência no processo identitário: a dor do espinho e a arte da paixão entre karabé e kiriku.** In. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Brasília:MEC/SECAD, 2005. (Coleção para Todos).

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: alguns problemas teóricos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.13 Nº 38, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro.** Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUSA. Andréia Lisboa de. **A representação da personagem feminina negra na literatura infanto-juvenil brasileira.** In. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Brasília:MEC/ SECAD, 2005. (Coleção para Todos).